



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

1. Identificação do Evento

Data de Início	Data de Término	Local
03/12/2017	05/12/2017	Lisboa, PORTUGAL
Nome do Evento		
VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa		

2. Participante

Nome	Ramal	Email
Dep. Rosangela Gomes	5-5438	dep.rosangelagomes@camara.leg.br

3. Objetivo

A Deputada Rosangela Gomes integrou a delegação brasileira que foi constituída para representar a Câmara dos Deputados na VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP). A AP-CPLP é o órgão que reúne representações dos Parlamentos nacionais dos Estados membros da Comunidade e, portanto, congrega deputados e senadores dos parlamentos nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No caso específico do Brasil, as atividades junto a este órgão parlamentar têm sido assumidas pela Câmara dos Deputados até que se instale a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conforme Resolução n. 2, de 2014, do Congresso Nacional. Segundo os Estatutos da AP-CPLP, o grupo nacional junto à Assembleia é composto por seis Membros, respeitado o princípio de um terço de representatividade de um dos gêneros. Eventos supervenientes impediram que a Câmara dos Deputados enviasse uma delegação com seis Deputados.

A Câmara dos Deputados exerce atualmente a presidência *pro tempore* da AP-CPLP. Na impossibilidade de participar da Assembleia Parlamentar e da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da AP-CPLP, o Presidente da Câmara dos Deputados constitui como seu representante o Deputado Átila Lins, Secretário de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados (RICD, Arts. 21-H e 21-I). Segundo o Estatuto da AP-CPLP, as reuniões plenárias devem acontecer, ordinariamente, uma vez por ano. A última reunião ocorreu em Brasília, em abril de 2016, e, nessa ocasião, conforme o Art. 14, §3, do mencionado Estatuto, o local da VII AP-CPLP, em 2017, a delegação portuguesa propôs que a Assembleia da República de Portugal sediasse a reunião plenária seguinte – proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

Pelo exposto, pode-se dizer que o objetivo da presente delegação foi representar a Câmara dos Deputados em órgão parlamentar multilateral do qual participa ativamente. Para essa sessão plenária interessava à Câmara dos Deputados, especialmente, discutir soluções para a constituição de uma Sede Permanente para o Secretariado Técnico da AP-CPLP, debater a participação de parlamentos de países com o status de observador junto à CPLP e discutir formas de cooperação que melhorem o intercâmbio acadêmico, científico e cultural entre os Estados membros da CPLP.

Além de integrar a Comissão 1, de Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação, exerço atualmente o cargo de Presidente da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RM-AP-CPLP). Essa Rede de Mulheres

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

constitui hoje uma verdadeira frente parlamentar em defesa dos direitos das mulheres nos países de língua portuguesa, propiciando trocas de experiência e auxílio mútuo entre as bancadas femininas dos parlamentos nacionais dos países da Comunidade.

O relatório pormenorizado das atividades encontra-se a seguir:

4. Relatório das atividades e dos temas tratados

Dia 03 de dezembro de 2017, domingo

Às 19h45 as delegações partiram dos hotéis em direção a Cascais. Lá foram recebidas pelos Deputados Marco António Costa e Porfírio Silva, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Grupo Nacional da Assembleia da República de Portugal junto à Assembleia Parlamentar da CPLP, na Messe de Cascais. Jantar de boas-vindas no mesmo local. Na oportunidade, os Deputados e Senadores presentes puderam trocar informações e expectativas sobre as reuniões do dia seguinte e antecipar vários pontos dos debates agendados para os dias 4 e 5 de dezembro.

Dia 04 de dezembro, segunda-feira

9:00 Comissão 1: Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação

Às nove horas do dia 04 de dezembro realizou-se na Sala 7 da Assembleia da República de Portugal, a reunião da Comissão 1, de Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação da Assembleia Parlamentar da CPLP, presentes os seguintes parlamentares: Deputada Joana Lina Baptista Ramos Cândido e o Deputado Estevão José Pedro Katchiungo – pela Assembleia Nacional de Angola; Deputadas Rosangela Gomes e Benedita da Silva – pela Câmara dos Deputados do Brasil; Deputado Rui Figueiredo – pela Assembleia Nacional de Cabo Verde; Deputados João Sedibá Sané e Caramo Camará – pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; Senador Salvador Mangue Ayingono – pelo Senado da Guiné-Equatorial; Deputado Helder Ernesto Injojo – pela Assembleia da República de Moçambique; Deputados Marco António Costa e Porfírio Silva – pela Assembleia da República de Portugal; Deputados Levy do Espírito Santo Nazaré e Jorge Amado – pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. A reunião foi presidida pelo Deputado João Seidibá Sané, da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. A mesa foi composta pelo Vice-Presidente da Comissão 1, Deputado Jorge Amado, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e pelas Secretárias da Mesa da Comissão 1, Deputadas Rosangela Gomes e Benedita da Silva, da Câmara dos Deputados do Brasil.

A reunião teve a seguinte pauta:

- (1) A Nova Visão Estratégica e o papel dos Parlamentos Observadores na AP-CPLP, que formas de cooperação?
- (2) A Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP.

O Presidente começou por submeter a agenda de trabalhos à apreciação, tendo a mesma sido aprovada. Dirigiu, em seguida, palavras introdutórias, justificando o fato de não ter

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

convocado reunião da Comissão 1 no período desde a VI AP-CPLP, pelas dificuldades internas vividas na Guiné-Bissau.

A delegação portuguesa submeteu à apreciação dos presentes um esboço dos termos de admissão dos Parlamentos de Países com status bservadores junto à CPLP. Da análise e discussão desse tema, foram emitidas as seguintes conclusões:

- A AP-CPLP pode admitir observadores, de acordo com o art. 20-A do seu Estatuto, aos quais tenha sido atribuído o estatuto de observador da CPLP;
- Existe a necessidade de regulamentar o art. 20-A do Estatuto, definindo critérios de participação dos observadores associados.
- Aprovou-se recomendação a ser submetida ao Plenário da AP-CPLP em que se estabelece que a Comissão 1 prepararia uma proposta de Regulamento de Admissão de Observadores à AP-CPLP a ser discutida na VIII Assembleia Parlamentar da CPLP em Cabo Verde.

Quanto à instalação do Secretariado Permanente chegou-se ao seguinte consenso:

- A instalação do Secretariado Permanente é um passo fundamental para a consolidação da organização;
- Admitiu-se que existe a necessidade da harmonização estatutária da AP-CPLP com os instrumentos normativos da CPLP em relação à fixação da Sede Permanente e a resolução de quesitos de índole financeira e que estas questões, apesar dos esforços desenvolvidos pela Presidência da AP-CPLP junto da Presidência *pro tempore* da CPLP, não estão ainda totalmente solucionadas;
- A Presidência da AP-CPLP, atualmente exercida pela Câmara dos Deputados do Brasil, fará todos os esforços necessários para encaminhar a proposta de Angola de instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda à Presidência *pro tempore* da CPLP que remeterá a questão ao Secretariado Executivo da CPLP no sentido de dar forma definitiva à proposta angolana.

Os Parlamentares presentes ressaltaram a importância das reuniões das Comissões Parlamentares para assegurar a dinâmica da organização, conforme resulta da Deliberação nº 2/2016 da VI AP-CPLP. Diante das dificuldades enfrentadas pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, a delegação brasileira sugeriu que a próxima reunião da Comissão 1 fosse realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, em data a ser definida no mês de março de 2018. Os Parlamentares comprometeram-se a enviar propostas para esta reunião com razoável antecedência, a fim de que todos pudessem tomar conhecimento prévio dos pontos da pauta.

Reafirmaram ainda a importância do envio de conteúdos por parte de todos os Parlamentos da AP-CPLP no sentido de alimentar a página web da AP-CPLP, conforme resulta da Deliberação n.º 3/2016, da VI AP-CPLP, tendo como objetivo a promoção e a partilha de informação.

14h30 Depois de um breve intervalo para o almoço, a deputadas brasileiras (Rosângela Gomes, Benedita da Silva e Shéridan) encaminharam-se para a sala 6, reservada para a reunião da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP.

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Compareceram à reunião as seguintes parlamentares: Deputadas Rosângela Gomes, Presidente da Rede de Mulheres da AP-CPLP, Deputada Benedita da Silva, Secretária-Geral da RM-AP-CPLP, e Deputada Shéridan (Brasil); Deputadas Luísa Damião e Eulália Silva (Angola); Deputada Georgina Gemiê (Cabo Verde); Deputada Aba Serra (Guiné-Bissau); Deputada Francisca Tomas (Moçambique); Deputada Elza Pais (Portugal); Deputada Celmira Sacramento (São Tomé e Príncipe).

Iniciando os trabalhos, eu, Deputada Rosângela Gomes, convidei as Deputadas Benedita da Silva e Georgina Gemiê para assumir os lugares, respectivamente, de Secretária e de Vice-Presidente da reunião da Rede de Mulheres.

Inicialmente agradecemos a presença das Deputadas na reunião, cuja pauta apresentava os seguintes temas: As formas de Cooperação da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP em função dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) e Violência Doméstica.

A palavra foi concedida à Deputada Elza Pais, a qual cumprimentou a Mesa e as Deputadas presentes. Em sua intervenção a Deputada fez referência à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Portugal, nomeadamente os objetivos 5.º, relativo à igualdade de gênero e 10.º, relativo à redução das desigualdades, dando nota sobre os progressos alcançados neste âmbito. No âmbito da violência doméstica, referiu que o número de queixas apresentadas tem aumentado, como resultado da sensibilização da sociedade para o problema, e observou que os inquéritos efetuados em Portugal demonstram a existência de violência no namoro entre os jovens portugueses. Referiu a aprovação da Lei da Paridade, a qual assegura a representatividade efetiva das mulheres na composição do parlamento português, correspondendo a uma representação mínima de 33,3% de mulheres. Fez menção também à aprovação prevista para 2018 de um Projeto de Lei que promove a paridade nos órgãos da administração e empresas do setor público e do setor privado, o qual estabelece a mesma regra de representação mínima de 33,3% para o setor público a partir de 2018 e para o setor privado de 20% em 2018 e de 33,3% em 2020. Destacou que este Projeto de Lei foi alvo de alguma polémica, tendo sido discutido junto à sociedade civil, sendo uma proposta do atual Governo. Por fim, informou que, em 2014 o crime de mutilação genital feminina foi elevado a crime público e que há, no momento, campanhas de sensibilização sobre as consequências nefastas que esta prática tem sobre saúde reprodutiva das mulheres.

Em seguida, foi dada a palavra à Deputada Shéridan, que expôs as suas preocupações com a forma como a sociedade patriarcal encara o papel da mulher, fazendo referência aos objetivos do milénio e à necessidade de, no âmbito das políticas sobre a promoção da igualdade de gênero, enfatizar-se questões de saúde e de equivalência salarial, entre outras. Enfatizou que estas questões são transversais aos continentes representados nesta reunião da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP e, lembrou que, no Brasil apesar de as mulheres representarem a maioria da população, não chegam a obter 10% de representação na Câmara dos Deputados. Nessa medida, considera que a meta alcançada por Portugal em termos de representatividade parlamentar constitui um exemplo a ser seguido por outros países. Destacou, por fim, que a questão da competência não está

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

condicionada ao gênero mas considera que as mulheres têm sensibilidade especial para os assuntos sociais.

A intervenção seguinte coube à Deputada Luísa Damião, a qual cumprimentou as Senhoras Deputadas presentes e manifestou a sua satisfação em poder participar daquela reunião. Referiu que esta rede é uma plataforma importante de discussão de assuntos ligados à promoção da igualdade de gênero e que a cooperação é um pilar da política externa. A Rede de Mulheres da AP-CPLP constitui, portanto, o espaço ideal para fomentar a igualdade de gênero, fortalecendo o papel das mulheres na sociedade, na política e na economia. Mencionou que os mecanismos de cooperação da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP devem continuar a ser aperfeiçoados tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de forma a assegurar o respeito pelos direitos humanos, assim como o reforço de medidas que permitam eliminar todas as formas de discriminação e de tráfico de mulheres. Entende que a Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP é o palco para atingir estes objetivos porque permite reforçar os laços de solidariedade, de diálogo e de partilha de boas práticas. Observou que a representatividade feminina na composição do parlamento angolano é de 31%, tendo sido maior no passado. Não obstante, relatou haver progresso na representatividade de mulheres no Governo. É seu entendimento que as mulheres são agentes de mudança pois levam os projetos para as comunidades, dizendo que, quando educamos uma mulher, educamos uma família e uma nação, pelo que, é importante continuar a promover políticas e ferramentas de empoderamento das mulheres. Da mesma forma, considera importante também promover a realização dos direitos de homens e mulheres e a remoção de obstáculos às mulheres no acesso aos cargos públicos. Encerrou informando que a Assembleia Nacional de Angola aprovou leis que criminalizam a violência contra as mulheres, constituindo o crime de violência doméstica um crime público. Foram também criados centros de aconselhamento jurídico de apoio à vítima, sendo que, nos casos em que a mediação feita por estes centros não obtém êxito, o caso segue para tribunal.

Foi dada a palavra à Deputada Georgina Gemiê, a qual iniciou a sua intervenção cumprimentando as Deputadas, e prosseguiu fazendo um ponto de situação sobre os temas propostos. Referiu a importância de sensibilizar os partidos políticos para a necessidade de criação de quotas para uma maior representatividade das mulheres no parlamento cabo-verdiano e outras políticas de promoção de igualdade de gênero. Mencionou a preparação de workshops relativos à criação de legislação no âmbito da igualdade de gênero e sobre a IVG. Mencionou que a Rede de Mulheres Parlamentares criada no seio da Assembleia Nacional de Cabo Verde tem um ano e meio de funcionamento, sendo já visíveis resultados tais como a inscrição de uma rubrica específica para o financiamento de políticas para a promoção da igualdade de gênero no Orçamento de Estado, fato que permitirá uma utilização mais eficiente de recursos na promoção dos objetivos propostos. Enfatizou que a criação desta nova rubrica constituiu uma vitória significativa das mulheres parlamentares. Referiu também que a Rede de Mulheres tem levado a cabo uma fiscalização da implementação dos projetos do Governo neste âmbito e que a IVG já foi despenalizada em Cabo Verde. Por fim, sobre a violência, mencionou a diminuição do número de casos relatados entre os anos de 2014 e 2015 e um aumento entre os anos de 2015 e 2016, estando a ser aplicada uma política de sensibilização que procura combater este flagelo.

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Em seguida, tomou a palavra a Deputada Benedita da Silva, a qual cumprimentou a Mesa e as Deputadas presentes, e iniciou a sua intervenção abordando a necessidade de criação de instrumentos que permitam uma ação concreta nesta área. No âmbito da violência doméstica, considera fundamental capacitar a mulher do ponto de vista das condições econômicas e de acesso à educação, mas também, do ponto de vista de conscientizar a sociedade sobre a necessidade de denunciar casos de violência doméstica, dando como exemplo a aprovação da Lei Maria da Penha. Observou que esta Lei procurou conceder não só proteção jurídica mas também meios que permitam à mulher obter independência financeira, sendo estes, dois fatores essenciais ao combate à violência doméstica. Sobre a independência financeira, referiu que os instrumentos implementados no Brasil passam pelos estímulos ao empreendedorismo e a redes de negócios, os quais incluem a agricultura familiar. Nessa medida, propõe que no âmbito da CPLP, esta ideia seja replicada através da criação de uma rede de negócios, referindo a propósito da autorização de residência entre países da CPLP, a criação de uma colônia CPLP no Brasil como uma rede de apoio. Mostrou-se favorável à criação de quotas como forma de melhorar a representatividade feminina na política e mencionou a necessidade de criar um sistema econômico que integre os jovens, como forma de fixação daqueles nos seus países de origem, entendendo que as mulheres têm um papel importante a desempenhar nessa mudança de paradigma. Por fim, sobre a ideologia de gênero, este é um debate que está na ordem do dia e que é fomentado pela existência de um universo masculino muito forte, sendo este um debate importante que deve ser trazido para a CPLP.

A Senhora Deputada Elza Pais fez uma interpelação à Mesa para fazer um esclarecimento sobre a utilização da palavra quota nesse contexto, dizendo não se opor ao princípio, mas enfatizando que a expressão mais correta é a representação equilibrada de gênero e, acrescentou que, no seu entender, a discussão sobre a igualdade de gênero deve integrar também o dossiê LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), sugerindo que este tema seja incluído na ordem de trabalhos da próxima reunião.

A Deputada Eulália Silva tomou a palavra, em seguida, para expressar também a sua discordância em relação à utilização da palavra quota, porque a mesma é vista como um favor. Tal não significa que seja contra o princípio, pois considera que as mulheres devem continuar a trabalhar para conquistar o seu espaço na política. Entende, assim, que é através de um trabalho de sensibilização que o objetivo de promoção de igualdade de gênero pode ser alcançado, referindo a existência em Angola de centros onde as mulheres são treinadas para reagir à violência doméstica. Fez ainda referência ao fato de violência doméstica aparecer associada à pobreza mas lembrou que esta é um fenómeno que atravessa toda a sociedade.

Foi dada a palavra à Deputada Francisca Tomas a qual cumprimentou as Deputadas presentes e iniciou a sua intervenção demonstrando a sua concordância quanto à necessidade da criação de quotas como forma de representação paritária, felicitando Portugal por estender esta política aos órgãos de gestão e de fiscalização de empresas. Referiu que a realidade moçambicana se pauta por uma elevada percentagem de mão-de-obra feminina na agricultura sem que, no entanto, essa representatividade se manifeste num poder de ação das mulheres na economia. Deu nota da aprovação de leis que proíbem o tráfico de mulheres e criminalizam a violência doméstica, que concedem a propriedade da terra às mulheres e de proteção da maternidade, tendo sido o período da

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

licença maternidade estendido para 3 meses, e o da licença paternidade, para 5 dias. Mencionou a promoção, junto às mulheres, do acesso ao microcrédito e ao fundo de desenvolvimento agrário, constituindo estas as maiores beneficiárias dessa espécie de auxílio. Indicou que a representatividade das mulheres na Assembleia da República é de 38,5% e que a presidente daquele órgão legislativo é uma mulher, tal como, a Procuradora-Geral da República de Moçambique, referindo que as mulheres também têm uma boa representatividade na composição do Governo. Observou que a Lei sobre sucessões está a ser revista, de forma a, tornar a mulher, no caso da morte do marido, a primeira na linha de sucessão hereditária, algo que não acontecia até aqui. A violência doméstica passou a ser um crime público, no entanto, o número de denúncias tem diminuído por medo de represálias. Mencionou que estão a ser tomadas medidas de consciencialização contra os casamentos prematuros, os quais, impedem as meninas de continuar os seus estudos, tendo esta causa colhido a atenção da Primeira-Dama de Moçambique, a qual se associou à campanha de sensibilização. Referiu que está a ser preparada uma Lei sobre esta matéria que impõe uma penalização sobre os homens que casem com meninas. Por fim, mencionou que a aposta para o empoderamento das mulheres está a ser feita ao nível da promoção da educação e da saúde das mulheres.

Por fim, foi dada a palavra à Deputada Celmira Sacramento, a qual cumprimentou as Deputadas presentes e começou dizendo que em São Tomé e Príncipe foi aprovada uma Lei sobre a Paridade, mas esta não foi respeitada, sendo necessário reforçar a questão da proporcionalidade. Em relação à Bancada Feminina da Assembleia Nacional, disse que esta realizou algumas ações de formação e campanhas de conscientização, a fim de dar a conhecer e aplicar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Lembrou que a mulher contribui para todos os setores de produção ao lado do homem, mas o seu papel na economia e na sociedade não é reconhecido. Considera, por isso, ser necessário reforçar e dar visibilidade ao seu papel na sociedade como empresária, líder e mãe de família. Essa transformação passa pela tomada de medidas simples, porém eficazes, tais como os centros de ajuda contra a violência, a capacitação econômica, a educação dos filhos para o empoderamento, o combate à distinção de gênero na atribuição das tarefas domésticas, o combate ao tráfico de mulheres e a recusa de compra de produtos que explorem o corpo da mulher. Considera que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado pela ação das mulheres e que as ações de financiamento do ACNUR têm permitido a capacitação de Deputados e Deputadas, da sociedade civil e das instituições públicas para a promoção da igualdade de gênero, de centros de ajuda e dos ministérios para o financiamento e acompanhamento da implementação destas medidas. Sobre a promoção de políticas de igualdade de gênero, foi feita a sensibilização do ministro das finanças e do Presidente da Assembleia Nacional para a criação de uma rubrica específica no Orçamento de Estado para 2018, estando a aguardar o resultado. Considera que ainda existe um longo caminho a percorrer quanto à implementação de políticas de igualdade de gênero em São Tomé e Príncipe. Finalizou, referindo que o fenómeno da violência doméstica ainda não tem um acompanhamento apropriado, mas já foi elevada a crime público, tendo sido levadas a cabo, campanhas de conscientização para a denúncia de casos.

Feitas todas essas intervenções, eu, Deputada Rosangela Gomes, elaborei uma síntese dos temas discutidos, observando que a questão do equilíbrio na representatividade é um assunto que deve ser retomado nas próximas reuniões da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP. Sugeri também a criação de uma campanha de luta contra a

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

violência sobre as mulheres em todos os países da CPLP, e propus diligências junto ao Banco Mundial para a obtenção de financiamento. Esta campanha teria como objetivo a educação e conscientização de toda a população, com especial enfoque sobre os jovens e a primeira infância. Nesse âmbito, sugeri ainda, a criação de um pequeno orçamento, por país, para financiamento de políticas para a igualdade, dando como exemplo o Brasil, em que se discute atualmente, na Câmara dos Deputados, a aprovação de um fundo para o combate à violência contra mulheres.

Encerrei os trabalhos deixando a sugestão de três temas a tratar na próxima reunião:

- (1) A aprovação de uma Declaração de Compromisso dos Parlamentos da AP-CPLP de combate à violência contra as mulheres;
- (2) Dar a conhecer este objetivo ao Presidente da APCPLP e Chefes de Delegação, assim como aos respetivos Governos nacionais, de forma a incentivar a constituição de fundos reservados ao combate à violência contra mulheres;
- (3) A sugestão de que todos os países da CPLP tomem providências para a aprovação de uma Lei de Paridade.

17h30. Cerimônia de Abertura da VII Assembleia Parlamentar da CPLP

Todos os parlamentares se dirigiram à Sala do Senado para a Sessão de Abertura da Assembleia Parlamentar. Presidiram a sessão o Deputado Átila Lins, representando o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República de Portugal. Também se sentaram à Mesa SE Sra. Joana Lina, da Assembleia Nacional de Angola, como 1ª Vice-Presidente, SE Sr. Jorge Santos, Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, como 2º Vice-Presidente, SE Sr. Marcio Marinho, da Câmara dos Deputados do Brasil, como 1º Secretário, e SE Sr. Rui Figueiredo, da Assembleia Nacional de Cabo Verde, como 2º Secretário.

Iniciada a cerimônia, o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues proferiu o discurso de boas-vindas aos representantes dos parlamentos participantes. Na sua intervenção, saudou os presentes, assinalou a importância da AP-CPLP e reconheceu o trabalho da Presidência brasileira no desenvolvimento da organização.

Coube ao Deputado Átila Lins, em seguida, apresentar algumas palavras em nome da Presidência da AP-CPLP. No discurso, apresentou as razões que impediram a participação do Presidente Rodrigo Maia na presente Assembleia Parlamentar e fez um retrospecto da contribuição feita pela Câmara dos Deputados para a evolução institucional da AP-CPLP. Lembrou à audiência que a VI AP-CPLP, realizada em Brasília, em abril de 2016, foi importante para estabelecer o consenso quanto ao estabelecimento de um Secretariado Permanente, e que, eventuais dificuldades de ordem técnica, não impediriam que a Câmara dos Deputados desse a sua contribuição para a efetivação dessa proposta. Além disso, mencionou importantes avanços no âmbito da cooperação técnica entre os parlamentos dos países da comunidade e a disposição do Brasil em incentivá-la e ampliá-la.

A próxima intervenção foi proferida pela Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, que destacou as linhas mestras da Nova Visão Estratégica da CPLP, enaltecendo em particular a contribuição que a Assembleia Parlamentar pode dar na conquista de prestígio interno e externo para a organização.

Finalmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, destacou a característica particular de a CPLP ser uma organização em que as decisões

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

são tomadas por consenso e em que existe um traço comum de união, que é a língua, valorizou os novos eixos de trabalho na Comunidade, designadamente as parcerias económicas e o tema da conservação e uso sustentável dos oceanos.

05 de dezembro de 2017, terça-feira.

Às 9h30 do dia seguinte, a Assembleia Parlamentar retomou os trabalhos. Na ocasião, o Deputado Átila Lins proferiu um discurso sobre o lema da Assembleia “O Reforço dos Laços Institucionais entre os Parlamentos”. Fez uma recapitulação da trajetória da AP-CPLP até aquele momento. Ressaltou o quanto a AP-CPLP amadureceu institucionalmente desde a sua criação em 2007 e assinalou alguns pontos que poderiam fazer a cooperação entre os parlamentos ainda mais efetiva.

Durante a reunião, eu, Deputada Rosângela Gomes, solicitei a palavra para transmitir ao Plenário os resultados da reunião da Rede de Mulheres da AP-CPLP. Nessa intervenção, mencionei as experiências compartilhadas pelas Deputadas presentes e instei os demais parlamentares da Assembleia a assumir um compromisso firme em combater a violência contra as mulheres.

Depois de ouvidos os pronunciamentos de todas as delegações presentes sobre o lema da VII AP-CPLP, a Assembleia aprovou por consenso as seguintes deliberações:

- Deliberação n.º 1/2017 sobre a Nova Visão Estratégica e o papel dos Parlamentos Observadores na AP-CPLP;
- Deliberação n.º 2/2017 sobre o processo de constituição e de instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda, Angola;
- Deliberação n.º 3/2017 sobre o Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento.

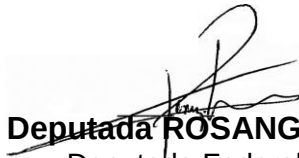
A Assembleia aprovou ainda as Diretrizes para Facilitação da Participação dos Parlamentares no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, para integração nos Estatutos do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, tendo ratificado a designação dos membros para a sua Comissão Instaladora e a eleição do Presidente e Vice-Presidentes do Comitê de Coordenação, respectivamente, o Deputado José Xavier Mendes, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Presidente, a Deputada Shéridan, da Câmara dos Deputados do Brasil, Primeira Vice-Presidente, e a Deputada Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal, Segunda Vice-Presidente.

Tendo sido aprovadas as deliberações em pauta e não havendo mais oradores inscritos, os trabalhos foram encerrados às 17 horas. Em seguida, dirigimo-nos ao Salão Nobre da Assembleia da República para a assinatura dos documentos finais da VII AP-CPLP.



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

5. Fechamento do Relatório

Data do relatório	Nome, cargo e assinatura do participante
12 de dezembro de 2017	 Deputada ROSANGELA GOMES Deputada Federal (PRB/RJ) Presidente da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP